

Problemas da educação pública do DF e suas soluções

Educação pública de qualidade é direito de todas as crianças e adolescentes. Universidade não pode ser para poucos. Todo mundo deve poder sonhar e ter meios para conseguir chegar aonde quer chegar. E o caminho para isso é ter escolas públicas com estrutura apropriada, profissionais valorizados e ensino de qualidade. Por isso, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF)

insiste na luta por mais investimento para a educação pública.

Escolas do DF estão com sérios problemas. Estrutura física prejudicada, falta de material, falta de professores e monitores, falta de orientadores educacionais, dificuldades no transporte dos estudantes. Sem falar que, vira e mexe, falta (também) merenda para os estudantes.

Mas, infelizmente, o Governo do Distrito Federal vem fa-

zendo o caminho contrário daquele que valoriza a educação pública. A prova disso foi dada no início deste ano letivo, quando estudantes com deficiência ficaram sem monitores; crianças e adolescentes se matricularam, mas não puderam frequentar a escola porque a sala de aula estava superlotada; escolas ficaram sem recurso para fazer reparos imprescindíveis na estrutura. Nas escolas públicas, falta até professor.

Neste informativo, você verá, de forma didática, alguns problemas que prejudicam a rede pública de ensino e o que pode ser feito para superar isso.



Problemas nas escolas públicas do DF

Turmas superlotadas

Neste ano, por causa da crise econômica que atingiu famílias do DF e do Brasil, mais de 26 mil novos estudantes entraram na rede pública de ensino. A demanda já era esperada pelo GDF, que teve quase dois anos (o período da pandemia) para se organizar, mas não se preparou. Sem um planejamento preestabelecido, a “saída” encontrada pelo GDF foi encher ainda mais as salas de aula. E isso em plena pandemia da Covid-19. Para se ter uma ideia, com a determinação do governo, as salas de aula da Educação Infantil (4 e 5 anos) podem ter até 30 alunos, mas há relatos de turmas com 40 crianças. Já as de ensino médio chegam a 42 estudantes. O Sinpro-DF recebeu denúncias de escolas com 47 estudantes por turma. Também foi verificado aumento do número de estudantes com deficiência nas turmas.

Além de impossibilitar o necessário distanciamento entre os estudantes devido à pandemia, a superlotação das salas de aula também prejudica o processo de aprendizagem, já que não é possível a realização de um ensino individualizado.

Escola não é depósito de aluno. É necessário que haja qualidade e condições necessárias para aprendizagem.

Sem recurso

Anualmente, as escolas públicas recebem recurso vindo do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária, o PDAF. Pela lei, esse dinheiro deve ser disponibilizado às escolas até 30 dias antes do início do ano letivo. A verba é utilizada para a compra de materiais escolares, realização de reformas no espaço físico das escolas, compra emergencial de itens de uso comum. Mas, neste ano, a verba foi reduzida e só chegou às escolas depois de vários dias de atraso e, ainda por cima, veio desfalcada.

Falta escola

O GDF não vem construindo ou reformando escolas públicas. Para se ter uma ideia, na Escola Classe 59, em Ceilândia, a reforma é feita desde 2018, mas as obras ainda estão na fundação. Também em Ceilândia, o Centro de Ensino 10 está fechado desde 2016. As obras começaram no ano passado e a Secretaria de Educação diz que entregará até março. Na Escola Classe 52 de Taguatinga, há apenas previsão para que as obras comecem no decorrer do ano. O Centro de Ensino Médio 01 do Gama e as Escolas Classe 425 e 410 de Samambaia também precisam ser reconstruídas. Além disso, mesmo com a pandemia da Covid-19, o GDF não adotou um projeto consolidado para construção de escolas.

Estudantes com deficiência desamparados

Embora o número de estudantes com deficiência tenha aumentado, o ano letivo de 2022 foi marcado pela falta de monitores nas escolas públicas, o que ameaça o aprendizado dessas crianças e adolescentes, além de ir contra a política nacional de inclusão. Há relato de mães de crianças com autismo, por exemplo, que disseram que seus filhos tiveram surto dentro de sala de aula por não terem o acompanhamento do profissional adequado.

EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo, constantemente, ameaçada. Para justificar a tentativa de fechamento do segmento, o GDF aponta uma suposta falta de demanda. Isso porque, com a crise financeira, muitas pessoas não conseguiram mais acompanhar as aulas, seja por não terem computador (ou outro dispositivo) e internet, ou precisarem trabalhar dia e noite para garantir o sustento da família. Mesmo com esse cenário, o GDF não apresentou uma proposta de busca ativa desses estudantes nem de políticas públicas que viabilizassem o ensino para jovens e adultos.

Falta professor

As escolas públicas receberam mais de 26 mil novos alunos só neste ano. Para tentar contornar a situação, o GDF aposta na contratação de professores com contrato temporário, que têm redução de direitos. A rede pública de ensino já conta com 11 mil professores com esse sistema de contratação, o que representa 1/3 da categoria. Com isso, fica fragilizado o vínculo entre docentes e a comunidade, já que há grande rotatividade desses profissionais nas escolas.

Medo nas escolas

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs), conhecido como militarização das escolas, teve início em 2019. De lá pra cá, infelizmente, foram registrados casos de estudantes agredidos física e psicologicamente por militares, alunas assediadas sexualmente e professores com direito de ensinar questionado. Isso acontece porque policiais militares não são treinados para atuar em escolas.

No Brasil, o que se registrou com a experiência das escolas cívico-militares foi a evasão escolar. Estudantes deixaram as escolas, também, por medo. E, quase sempre, criança e adolescente que não vai para a escola acaba indo para as ruas.

Novo ensino médio

Neste ano, começou a valer o novo ensino médio. O novo modelo foi feito sem nenhuma discussão com a comunidade escolar. O argumento para implementar a nova modalidade é elevar a qualidade do ensino. Mas o real objetivo do novo ensino médio, nos moldes atuais, é incentivar que o jovem que termina o ensino médio entre nas funções menos qualificadas no mercado de trabalho, e se afaste das universidades. Além disso, a implementação do novo ensino médio no DF vem gerando uma série de dúvidas para o corpo docente das escolas, que não recebeu formação adequada para desenvolver o método.





O que pode ser feito para valorizar a educação pública

Mais escolas

O DF precisa de mais escolas públicas. Além disso, é preciso que as escolas que estiverem com a estrutura física prejudicada sejam, com urgência, reformadas. É impossível aprender em um lugar que não ofereça ao menos o mínimo, como ventilação, carteiras adequadas, salas de aula sem superlotação, espaço de socialização e de desenvolvimento das atividades pedagógicas. Essa é uma das lutas do Sinpro-DF.

Monitores

Mais de 3 mil monitores estão no banco de reserva do último concurso público realizado para a função. É urgente que o GDF convoque esses profissionais e realize novo certame para ampliar o quadro. Dessa forma, estudantes com deficiência e as crianças do Ensino Infantil não ficarão desamparadas.

Novo ensino médio

Os adolescentes precisam de um ensino médio de qualidade, que dê a qualquer estudante as condições apropriadas para entrar na universidade pública. Para isso, é preciso que se revogue a lei que estabelece o novo ensino médio e se construa, com a participação da comunidade escolar, um método realmente qualificado e eficaz.

Mais professores

É urgente a realização de concurso público para professores(as) e educadores(as) educacionais. O GDF chegou a anunciar certame para a Educação Básica. Entretanto, foi informado que serão disponibilizadas apenas 776 vagas imediatas para professores(as) 40 horas e só 20 vagas imediatas para orientadores(as) educacionais. O número de vagas é insuficiente para suprir a carência na rede de ensino pública, que já tem 11 mil professores com contrato temporário.

Gestão Democrática

Em 2022, serão realizadas as eleições para a escolha dos diretores das escolas públicas do Distrito Federal. Esse é um momento importante para que a sociedade participe democraticamente da escolha dos(as) gestores(as) das escolas e, mais que isso, torne-se sujeito ativo em todo o processo da gestão, com participação em todas as decisões da escola. A Gestão Democrática é um dos principais instrumentos para que se promova uma educação de qualidade, estimulando o exercício da cidadania.

Compromisso

É necessário que a gestão das escolas receba o recurso do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária, o PDAF, com periodicidade programada, regularidade e sem redução. Isso auxiliará na resolução de problemas que, muitas vezes, refletem na impossibilidade de funcionamento de escolas.

Segurança nas escolas

Sabemos que o medo da violência atinge todas as pessoas, inclusive as que estão dentro das escolas. É preciso reforçar que a polícia militar é fundamental para a segurança pública. Por isso, o Sinpro-DF luta pela presença do Batalhão Escolar: corpo que atua no perímetro das escolas para evitar assaltos, estupros e outras ameaças no percurso feito pelos estudantes.

Valorização

Professores(as) e orientadores(as) educacionais estão há sete anos sem reajuste salarial. O pagamento que o GDF vem anunciando não muda isso. O valor é referente à última parcela do reajuste conquistado pela categoria em 2013, devida desde setembro de 2015. Ou seja, mesmo com a quitação dessa dívida, que, inclusive, foi determinada pela Justiça, a categoria continua com salário congelado.



Valorizar a educação é valorizar o Brasil!

SINPRO Cidadão

Publicação destinada à comunidade.

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, Lote nº 2.260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa:

Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e
Letícia Montandon (Coordenadora)

Tiragem: 10.000 exemplares

Jornalistas: Carla Lisboa, Giovanna Santos
Letícia Sallorenzo, Luis Ricardo Machado e
Vanessa Galassi

Diagramação: Eduardo G. Antero